

MULHERES E A DITADURA MILITAR DO BRASIL (1964-1985)

WOMEN AND THE MILITARY DICTATORSHIP IN BRAZIL (1964-1985)

MUJERES Y LA DICTADURA MILITAR EN BRASIL (1964-1985)

Thaís Cortes Sagrilo¹
Fernanda Ribeiro Haag²

Resumo

Esta pesquisa aborda o período da ditadura militar do Brasil (1964-1985) com foco na participação feminina. Trata-se de determinar se o fator gênero influenciou na maneira como as mulheres foram tratadas durante o regime e verificar se esta variável resultou em um comportamento homogêneo neste público. Este estudo se faz necessário pela manifesta atração que a população demonstra pelo autoritarismo; pelo saudosismo proclamado aos anos de regime militar; e pela recorrente negligência ao registrar as vivências femininas quando comparadas às dos homens. Busca conhecer a participação de mulheres que vivenciaram a ditadura militar brasileira, oportunizando espaço para evidenciar suas experiências e feitos, tenham elas sido favoráveis ou contrárias ao regime. Para isso, foram realizadas pesquisas bibliográficas em livros, monografias, artigos científicos e depoimentos da Comissão Nacional da Verdade. A análise revelou que o gênero influenciou na maneira como as mulheres foram tratadas. Cada mulher agiu à sua maneira, com posicionamentos diversos, de acordo com a sua vivência e visão de mundo. Contudo, em diferentes momentos e por diversos motivos, todas sentiram o peso da sociedade patriarcal, independentemente de seu posicionamento político.

Palavras-chave: mulheres; ditadura militar; Brasil.

Abstract

This research examines the period of the military dictatorship in Brazil (1964-1985) with a focus on women's participation. It aims to determine the extent to which gender factors influenced the treatment of women during the regime and to investigate whether this variable resulted in homogeneous behavior within this population. This study is necessary due to the evident attraction that the population demonstrates towards authoritarianism, the nostalgia proclaimed for the years of the military regime, and the recurring neglect in documenting women's experiences compared to those of men. It seeks to explore the involvement of women who lived through the Brazilian military dictatorship, providing space to highlight their experiences and achievements, regardless of their support or opposition to the regime. A bibliographic research was conducted, including books, monographs, scientific articles, and testimonies from the National Truth Commission. The analysis revealed that gender influenced the way women were treated. Each woman acted in her own way, with diverse positions shaped by their lived experiences and worldview. At different times and for various reasons, all of them felt the weight of patriarchal society, irrespective of their political stance.

Keywords: women; military dictatorship; Brazil.

Resumen

Esta investigación se centra en el período de la dictadura militar en Brasil (1964-1985), específicamente en la participación femenina. Se trata de determinar si el factor género influyó en el tratamiento recibido por las mujeres durante el régimen y verificar si esta variable produjo un comportamiento homogéneo en este público. Este estudio es necesario debido a la evidente atracción que demuestra la población por el autoritarismo; por la proclamada nostalgia por los años del régimen militar; y por la negligencia recurrente en registrar las experiencias de las mujeres en comparación con las de los hombres. Busca conocer la participación de las mujeres que vivieron la dictadura militar brasileña, ofreciendo un espacio para resaltar sus experiencias y logros, fuesen ellas favorables o contrarias al régimen. Para ello se realizó una investigación bibliográfica en libros, monografías, artículos

¹Licencianda em História no Centro Universitário Internacional Uninter. E-mail: thaiscsagrilo@gmail.com

²Orientadora da pesquisa e Professora do Centro Universitário Internacional UNINTER, mestra em História. E-mail: fernanda.h@uninter.com

científicos y testimonios de la Comisión Nacional de la Verdad. El análisis reveló que el género definía la forma como las mujeres eran tratadas. Cada mujer actuó a su manera, con diferentes posiciones, según su experiencia y visión del mundo. Sin embargo, en diferentes momentos y por diferentes motivos, todas sintieron el peso de la sociedad patriarcal, independientemente de su posición política.

Palabras-clave: mujeres; ditadura militar; Brasil.

1 Introdução

Acontecimentos hodiernos no Brasil remetem-nos à famosa frase de Marc Bloch (2001, p. 65): “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado”.

Despertas no ano de 2013, manifestações preencheram as ruas do país com multidões de pessoas. Na época, apresentavam pautas, grupos e ideologias diferentes, “[...] circulavam no mesmo ambiente, suscitavam pautas e estilos de mobilização que funcionavam como fator de repulsa e atração em relação uns aos outros e não havia debate.” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 9). Com o tempo, grupos foram sendo formados e as ideologias ficando cada vez mais evidentes.

No que diz respeito a esta pesquisa, o advento de indivíduos saudosos do regime militar acarreta reflexões. Motta (2021, p. 14) evoca acontecimentos de 2020 onde “grupos de militantes da direita radical foram às ruas para demandar o fechamento do STF e ameaçar outras instituições da República”. Acrescenta também a presença de pessoas com cartazes pedindo um “novo AI-5”.

Episódios como estes, que reafirmam o desejo de retorno ao regime militar, voltaram a acontecer no ano seguinte em diversos pontos do país. No dia 31 de março de 2021 realizou-se um evento em celebração ao golpe militar efetivado em 1964. A matéria sobre tais atos, publicada pela Folha de São Paulo, comunica que pessoas se ajoelharam quando estavam à frente da sede do Comando Militar do Sudeste, em São Paulo. Também deixou registrada a nota publicada no dia anterior pelo Ministro da Defesa, General Walter Braga Netto, onde ele sustenta que: “O movimento de 1964 é parte da trajetória histórica do Brasil. Assim devem ser compreendidos e celebrados os acontecimentos daquele 31 de março” (ATOS ESVAZIADOS..., 2021).

Em 2022, o Ministro voltou a repetir o discurso em homenagem à data; em nota disse: “O Movimento de 31 de março de 1964 é um marco histórico da evolução política brasileira, pois refletiu os anseios e as aspirações da população da época” (MINISTÉRIO DA DEFESA..., 2022, n. p.). Tais acontecimentos nos remetem as questões levantadas por Schwarcz (2019), que afirma que escravidão e racismo; mandonismo; patrimonialismo; corrupção; desigualdade social; violência; raça e gênero; e intolerância, ainda se fazem presentes na sociedade brasileira.

Sendo assim, este trabalho surgiu pela percepção de que a ditadura militar é um assunto ainda vivo na sociedade brasileira. Além disso, vê-se o mérito de dedicar atenção às mulheres que vivenciaram este período, tenham elas sido militantes; familiares de pessoas envolvidas no regime; mulheres que se posicionaram contra o sistema; ou, ainda, aquelas que foram favoráveis ao período ou que atuaram diretamente em prol da ditadura militar. Ana Maria Colling destaca que:

No caso das mulheres, tem-se buscado mostrar a sua presença na história, incluindo-as como objeto de estudo, sujeitos da história; e, para isso, a categoria de análise-gênero é usada para teorizar a questão da diferença sexual, das relações de poder entre homens e mulheres (COLLING, 2015, p. 372).

Esse olhar para com as mulheres nasce da relevância de levantar registros, conhecer as participações, as interpretações e dar visibilidade às experiências dessas pessoas que, embora tenham tido um papel de grande relevo, têm suas vivências apresentadas de forma secundária, ou por vezes negligenciadas, quando comparadas às dos homens.

O enfoque dado às experiências femininas nas sociedades data dos anos 60, mostrando-se como algo novo quando confrontadas aos registros feitos de pessoas do gênero masculino, por historiadores homens. Ana Maria Colling, expõe que:

Os historiadores fizeram a historiografia do silêncio. A História transformou-se em relato que esqueceu as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, fora do acontecimento (COLLING, 2004, p. 31).

Em vista disso, este estudo levantou informações sobre mulheres envolvidas ativamente no período, objetivando saber quem são; quanto o gênero influenciou nas vivências que tiveram; quais foram suas experiências; e o resultado de suas participações.

Ante o exposto, o período da ditadura militar no Brasil contou com a força, participação e envolvimento de várias mulheres. Pela impossibilidade de registrar a experiência de todas, serão apresentadas vivências de algumas que atuaram no período, em seus diversos aspectos e formas de atuação.

2 Metodologia

Não é factível voltar aos eventos passados e vê-los no momento exato em que estão ocorrendo; mesmo que possível fosse, não seria acessível vê-los de todas as perspectivas. Quanto à análise dos vestígios feita pelo historiador, ressalta Marc Bloch (2001, p. 72-72): “Ele

só chega depois de concluído o experimento, sempre. Mas, se as circunstâncias permitirem, o experimento terá deixado resíduos, os quais não é impossível que perceba com os próprios olhos”.

Pensando nisso, o estudo proposto deu-se através de uma pesquisa bibliográfica crítica, onde se levantaram informações sobre as mulheres que vivenciaram ativamente o período da ditadura militar no país, utilizando livros, monografias, artigos científicos e depoimentos da Comissão Nacional da Verdade. Considera-se o pensamento de Tânia Regina de Luca, que diz que as fontes:

[...] não são tomadas como representação fiel do que ocorreu, nem como simples receptáculo de dados, pois, como já se destacou, seu conteúdo está ligado a interesses de diferentes ordens e aos seus contextos de produção, que devem ser levados em conta e mencionados (DE LUCA, 2021, p. 98).

Para tanto, utilizaram-se métodos de abordagem dialética e hermenêutica. O primeiro no sentido de levantar o assunto utilizando-se de diversas fontes, a fim de vê-lo por diferentes pontos de vista. Já o segundo, refere-se à interpretação do que foi pesquisado, estudado e analisado.

Quanto ao procedimento, executou-se um estudo aprofundado sobre os eventos históricos que tiveram relação com o assunto; analisou-se o período; pesquisou-se sobre o gênero feminino; e levantaram-se as experiências que as mulheres tiveram durante a ditadura militar. Levando em consideração as diferenças e semelhanças entre os gêneros e dentro de cada um, examinaram-se também as instituições envolvidas e os grupos sociais que tiveram participação relacionada aos apontamentos da pesquisa.

3 Estado da arte

Faz-se indispensável conceituar os principais pontos aqui estudados antes de partir para as observações propostas. A primeira questão é esclarecer o motivo pelo qual se chama o período que vai de 1964 a 1985 de “ditadura”. Quanto a isso, “há ditadura quando um grupo mantém à força o poder político e evita que a oposição tenha chance de assumir o comando” (MOTTA, 2021, p. 98). Assim, o regime instaurado em 1964 foi ditatorial pois manteve um grupo no poder por 21 anos, utilizando-se de artifícios repressivos contra aqueles que eram contrários ao autoritarismo vigente, além de empreender formas para impedir que fossem substituídos pelos seus adversários por meios democráticos.

Embora esse período tenha recebido o apoio de um grupo heterogêneo, formado por “civis e militares, liberais e autoritários, empresários e políticos, classe média e burguesia” (NAPOLITANO, 2021, p. 43-44), define-se como “ditadura militar” porque, de acordo com Motta (2021, p. 98), “quem controlava o poder em última instância era a alta oficialidade, que escolheu sempre generais de quatro estrelas (o nível mais alto) para governar o país”.

No tocante ao conceito de gênero, o termo "mulher" aborda mais do que o aspecto sexo, ligado a categorias biológicas. Conforme, Tilly, mulheres são pessoas de:

[...] diferentes idades, de diferentes situações familiares, pertencentes a diferentes classes sociais, nações e comunidades; suas vidas são modeladas por diferentes regras sociais e costumes, em um meio no qual se configuram crenças e opiniões decorrentes de estruturas de poder (TILLY, 2007, p 31).

Ou seja, quando falamos em mulheres não estamos nos referindo a um grupo homogêneo de pessoas, mas com características diferentes, de etnias, costumes, crenças, idade, classe social, sexualidade, histórias de vida e formação familiar diversas.

Judith Butler, em *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, questiona o determinismo binário do sexo (mulher/ homem) e afirma que a categoria “sexo” é uma construção cultural tanto quanto “gênero”. A autora sustenta que “O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser.” (BUTLER, 2021, p. 69).

Somado a isso, o *Dicionário crítico de gênero* (COLLING; TEDESCHI, 2019, p. 332-333) assegura que o conceito de gênero: “mais do que qualquer fixidez, nos oferece instabilidade e fluidez, que melhor representam as relações sociais que atravessam o tempo e chegam à atualidade”. Gênero, portanto, não é um conceito estático, ele é produto da história.

A partir destas informações, serão apresentadas experiências das mulheres estudadas nesta pesquisa.

3.1 Atuações femininas

As primeiras mulheres abordadas serão as militantes. Elas romperam com os padrões, agindo em desacordo com o que a sociedade espera do comportamento feminino. Não ficaram restritas aos seus lares, ao cuidado de filhos e marido. Com isso, é possível perceber em seus relatos quanto o fator “gênero” influenciou no tratamento que receberam da repressão, pois para

os agentes elas cometeram dois crimes: o primeiro por serem comunistas, o segundo por romperem com os papéis que o patriarcado a elas designou.

Izabel Fávero (CNV, jul. 2013) deixa isso muito evidente em seu depoimento na Comissão Nacional da Verdade (CNV), afirmando que: “fui muito ofendida, como mulher, porque ser mulher e militante é um karma, a gente além de ser torturada física e psicologicamente, a mulher é vadia, a palavra mesmo era *puta*”

Izabel e seu marido foram presos quando ela se encontrava grávida de dois meses, fato este que era de conhecimento dos torturadores.

No quinto dia, depois de muito choque, pau de arara, ameaça de estupro e insultos, eu abortei. Depois disso, me colocaram num quarto fechado, fiquei incomunicável. Durante os dias em que fiquei muito mal, fui cuidada e medicada por uma senhora chamada Olga. Quando comecei a melhorar, voltaram a me torturar (MERLINO; OJEDA, 2010, p. 51).

Na sua percepção, acredita não ter sido estuprada (eles a ameaçavam) porque os algozes tinham nojo do sangue, da sujeira e do mal cheiro que ela exalava, resultado do aborto. No livro *Brasil: Nunca Mais* (ARNS, 2014, p. 48), há um relato de seu marido, Luiz Andréa Fávero, dizendo que ouvia os gritos de sua esposa sendo torturada e pedia que não a maltratassem, pois ela estava grávida, porém, recebeu uma risada como resposta. Posteriormente recebeu a notícia do aborto.

Uma técnica de tortura utilizada no regime era o uso de animais como cobras, ratos, baratas e jacaré, como conta Dulce Chaves Pandolfi: “lá tinha um filhote de jacaré de estimação dos torturadores que eles colocavam para andar em cima do nosso corpo.” (MERLINO; OJEDA, 2010, p. 58). Dulce ainda foi usada como cobaia em aulas sobre tortura. Passou pelo pau de arara, levou choques na vagina, seios e ânus, e foi colocada amarrada em um poste, para que os alunos fizessem roleta russa com ela.

Além das dores sentidas no momento das sevícias, existem as sequelas pelo trauma sofrido. Darci Toshiko Miyaki (CNV, dez. 2013b), em seu depoimento à Comissão Nacional da Verdade afirmou que um torturador introduziu o dedo com fio elétrico na sua vagina. Como resultado, Darci narra: “Então, é um tipo de tortura que eles te fazem, que você carrega para o resto da tua vida. Fisicamente, por exemplo: eu sou estéril [...]”

Por vezes, famílias inteiras foram presas e torturadas, foi o que aconteceu com as irmãs Maria Amélia de Almeida Teles e Crimeia Alice Schmidt de Almeida. Maria Amélia foi presa junto com seu marido. Já Crimeia, que estava grávida, foi levada ao DOI-CODI no dia seguinte, junto com seus sobrinhos Janaína (5 anos) e Edson (4 anos), filhos de Amélia.

A narrativa de Amélia retrata como o corpo feminino era utilizado nas torturas, sendo por vezes cruelmente usado como fonte de prazer de seus algozes. A militante conta que a primeira coisa que fizeram foi arrancar a sua roupa, diz ainda que tentou impedir que tirassem a sua calcinha, mas a rasgaram. Levou choques e socos, acabando por desmaiar. Ao acordar percebeu-se deitada, nua, com um homem em cima dela esfregando o seu seio, e teve a impressão de estar sendo estuprada enquanto permaneceu desacordada.

Amélia acrescenta que posteriormente foi colocada no pau de arara, e na cadeira do Dragão, “e me deram choque no ânus, na vagina, no umbigo, no seio, na boca, no ouvido. Fiquei nessa cadeira, nua, e os caras se esfregavam em mim, se masturbavam em cima de mim.” (MERLINO; OJEDA, 2010, p. 162).

Era comum que torturadores submetessem as mulheres a sessões de sevícias na frente de seus companheiros e familiares. Amélia e seu marido foram torturados um na frente do outro, e Crimeia também foi obrigada a assistir. Todavia, para Amélia, de todas as torturas que enfrentou, a pior foi quando utilizaram seus filhos.

As crianças foram expostas naquele local para verem seus pais torturados. Quando entraram viram a mãe nua e urinada na cadeira do dragão. Vendo-os naquele estado Janaína perguntou por que a mãe estava azul e o pai estava verde. Amélia fala que: “eles também me diziam que iam matar as crianças. Chegaram a falar que a Janaína já estava morta dentro de um caixão.” (MERLINO; OJEDA, 2010, p. 162).

Crimeia também teve a maternidade utilizada como ferramenta de tortura, começando as sessões quando ela estava no sétimo mês de gestação. Mesmo estando grávida ela não foi poupada de diferentes torturas. Teve sua roupa toda rasgada, até ficar nua. Levou choque nos pés e nas mãos, tapas no rosto e palmatória nas mãos. Relata ainda que foi arrastada por uma escada, recebendo socos na cabeça. Ameaçavam cortar sua barriga e matar a criança, e se nascesse homem, branco e saudável, ficariam com ele.

Descreve que seu filho começava a soluçar na sua barriga, sempre que ouvia o barulho dos carcereiros vindo buscá-la para mais torturas, e que esses soluços o acompanharam até a vida adulta. João Carlos nasceu no meio desse cenário. A bolsa gestacional de Crimeia estourou na cela, e precisou contar com a ajuda de outros presos que gritavam e batiam nas paredes pedindo ajuda. O líquido da bolsa começou a atrair baratas que começaram a subir pelo seu corpo; quando finalmente foi levada ao hospital, o médico negou atendimento. Ao implorar pela realização do parto, para que seu filho não viesse a morrer, recebeu do médico a seguinte resposta: “É melhor, um comunista a menos”.

No parto, sofreu com uma episiotomia que foi suturada sem anestesia e com um fio impróprio para a região. Crimeia conta que sentia como se tivesse um arame dentro da sua vagina e, com a ajuda de um espelho cortou sozinha os pontos. Foi impedida de ver seu filho em um primeiro momento (BORGES; MERLINO, 2019, p. 101-114).

Uma das militantes mais emblemáticas do período foi Inês Etienne Romeu, a única pessoa conhecida que conseguiu sair com vida da chamada “Casa da Morte”, em Petrópolis. Graças à sua resistência e às suas lembranças, pôde localizar o endereço onde funcionava a casa, além de identificar alguns dos envolvidos.

Enquanto esteve na casa em Petrópolis, sofreu diversos tipos de tortura, como conta no seu depoimento presente no livro *Luta, substantivo feminino* (MERLINO; OJEDA, 2010, p. 105):

[...] Fui várias vezes espancada e levava choques elétricos na cabeça, nos pés, nas mãos e nos seios. [...] banhos gelados de madrugada, 'telefones', palmatórias. Espancaram-me no rosto até eu ficar desfigurada. [...] O 'Márcio' invadia minha cela para 'examinar' meu ânus e verificar se o 'Camarão' havia praticado sodomia comigo. Esse mesmo 'Márcio' obrigou-me a segurar seu pênis, enquanto se contorcía obscenamente. Durante esse período fui estuprada duas vezes pelo 'Camarão' e era obrigada a limpar a cozinha completamente nua, ouvindo gracejos e obscenidades, os mais grosseiros [...]

Em *Brasil Nunca Mais* (ARNS, 2014, p. 211-212) consta que precisou assinar papéis em branco acusando a sua irmã, Lúcia Etienne Romeu, de estar envolvida com grupos subversivos, quando ela nunca havia se envolvido em atividades políticas. Em 2009, Inês recebeu o Prêmio Direitos Humanos, de uma também militante daqueles anos, a então presidente Dilma Rousseff (GASPARI, 2016, p. 356).

Contudo, não foi apenas por intermédio de militantes que a presença feminina esteve presente na ditadura. Algumas mulheres envolveram-se no regime por conta do assassinato de familiares, objetivando justiça. É o caso de Clarice Herzog e Eunice Paiva; muito se fala sobre seus maridos, mas pouco sobre suas atuações.

Clarice era esposa de Vladimir Herzog, morto enquanto era torturado. A imagem dele na cela em uma cena de suicídio forjada gerou muita comoção. Na foto, é possível vê-lo com uma corda no pescoço e as pernas dobradas. Clarice foi a primeira pessoa a dizer que seu marido havia sido assassinado pela ditadura. Segundo sua amiga, Fátima:

Tudo o que aconteceu naqueles dias e depois esteve sob controle dela. O regime queria silêncio, mas em cada passo, Clarice fez uma intervenção para dar visibilidade ao que acontecia. Não foi apenas viúva; foi mais forte do que a história tem contado (BORGES; MERLINO, 2019, p. 62).

Seu maior objetivo era provar que seu marido havia sido assassinado e que sua morte não ficasse impune. Todavia, durante esse tempo precisou conviver com telefonemas de ameaças, carros parados na frente de sua casa e ser seguida na rua. Clarice se recusava sair do país, “meu lugar é aqui, meu marido foi assassinado e eu tenho que provar a verdade e buscar justiça para os meus filhos.” (BORGES; MERLINO, 2019, p. 66).

Em sua homenagem, João Bosco e Aldir Blanc a citaram na canção *O bêbado e a equilibrista*, com os versos: “Chora/ A nossa Pátria mãe gentil/ Choram Marias e Clarisses/ No solo do Brasil”.

Outro exemplo é de Eunice Paiva, viúva de Rubens Paiva, deputado federal com seus direitos políticos cassados durante a ditadura militar. Seu marido foi levado da casa deles no dia 20 de janeiro de 1971 e, no dia posterior, ela e a sua filha Eliane, de apenas 15 anos, foram levadas ao DOI-CODI na Tijuca.

Passados 12 dias foi liberada, contudo, seu marido continuou desaparecido e nunca mais seria visto. Eunice lutou para que a verdade fosse descoberta, e pelo direito de ter um atestado de óbito do seu marido, emitido apenas 25 anos depois do seu desaparecimento. Na ocasião, ela disse: “É uma sensação esquisita sentir-se aliviada com uma certidão de óbito.” (BORGES; MERLINO, 2019, p. 232).

Eunice manteve sua luta por anos. Para seu filho Marcelo, o papel dela foi maior do que o de viúva, vê a sua mãe como “a verdadeira heroína da família; era sobre ela que nós, escritores, deveríamos escrever.” (BORGES; MERLINO, 2019, p. 235).

A cultura também foi um espaço utilizado para posicionamentos. Mulheres como Nara Leão e Lygia Fagundes Telles valeram-se da arte como estratégia de manifestação de suas ideias.

Nara cantava músicas com letras carregadas de significados. Seu show *Opinião* contava em seu repertório com *Carcará*, “história de um pássaro malvado que ‘pega, mata e come’, ruim como o regime” (GASPARI, 2014, p. 229). Interpretava ainda a música *Opinião* (canção que dava nome ao show) composta dos seguintes versos: “Podem me bater/ Podem me prender/ Podem até deixar-me sem comer/ Que eu não mudo de opinião”.

As palavras de Nara foram além das músicas. Estampou o jornal *Diário de Notícias* em uma matéria intitulada: “Nara é de Opinião: *Êsse* exército não vale nada”³. Na entrevista, a cantora disse preferir um civil no poder, porque os militares não entendem de política. Defendeu a extinção do exército e que o dinheiro gasto com eles deveria ir para escolas, professores,

³ MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Matéria do jornal Diário de Notícias, entrevista com Nara Leão. Disponível em: http://memorialdademocracia.com.br/img/resistencia-cultural/musica/nara_entrevista.png. Acesso em: 16 fev. 2022.

técnicos e hospitalais. Ainda afirmou que, em uma eventual guerra, o exército brasileiro não adiantaria de nada.

A entrevista repercutiu tanto que Nara ficou na mira da ditadura. Por conta disso, o escritor Carlos Drummond de Andrade publicou um poema em sua defesa chamado *Apelo*, endereçado ao Marechal Castelo Branco. O poema belíssimo termina com as seguintes estrofes: “Nara é pássaro, sabia? / E nem adianta prisão/ para a voz que, pelos ares, / espalha sua canção. / Meu ilustre marechal/ dirigente da nação, / não deixe, nem de brinquedo, / que prendam Nara Leão”.⁴

Na literatura podemos destacar a coragem de Lygia Fagundes Telles quando, em 1973, lançou a obra *As meninas*, o romance mais vendido em 1974. A autora descreve:

uma cena de tortura enquanto as torturas realmente aconteciam, em uma época de censura feroz, em que a mera referência à oposição era proibida. Possivelmente, “As Meninas” passou pela censura porque o livro era difícil demais para o censor, e ele não conseguiu seguir adiante na leitura, parando antes do depoimento (apud SANTOS, 2020, p. 9).

Outro meio que mulheres encontraram para expor seu pensamento foi a imprensa. Nesses espaços apresentavam assuntos como gênero, resistência e sexualidade. O livro *Mulheres de luta: feminismos e esquerdas do Brasil (1964-1985)* (WOLF; ZANDONÁ; MELLO, 2019) apresenta exemplos de periódicos que circularam neste período, entre eles, o boletim informativo *Nosotras*; o jornal *Movimento*; *Brasil Mulher*; *Nós Mulheres*; *Maria Quitéria*; *Correio da Mulher*; *Liberta*; *Mulherio*; e *Chanacomchana* (vinculado ao feminismo lésbico).

O envolvimento feminino também esteve presente na criação de movimentos sociais de grande impacto no período. Exemplo disso foi um curso ministrado por duas freiras em 1971 para um pequeno grupo de mulheres, tendo como tema “o valor da pessoa humana”. O evento gerou uma onda de iniciativas. “Nesse universo fervilhante dos bairros populares, onde lideranças comunitárias, religiosas, políticas e revolucionárias se encontravam, nasceram os novos movimentos sociais.” (NAPOLITANO, 2021, p. 273).

O clube de mães que havia sido criado naquele encontro, composto inicialmente por apenas cinco pessoas, já contaria com quarenta no ano seguinte. Influenciadas por aquela iniciativa, outros grupos de mães foram se formando em diferentes bairros da periferia, até a formação do Movimento do Custo de Vida - MCV. Motivadas por preocupações pela

⁴MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Poema *Apelo*, de Carlos Drummond de Andrade. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/img/resistencia-cultural/musica/Drummond.jpg>. Acesso em: 16 fev. 2022.

subsistência, o MCV foi absorvendo cada vez mais adeptos, chegando ao número de 1,24 milhões de assinaturas em um evento na Praça da Sé (1978) (NAPOLITANO, 2021, p. 274).

Também merece destaque o Movimento Feminino pela Anistia (1975), fruto da determinação da advogada e esposa de um general, Therezinha Zerbini. Através de seus esforços, “a palavra ‘anistia’ deixou de ser uma expressão maldita, tornando-se um movimento político nacional.” (GASPARI, 2016, p. 384).

Entretanto, nem só de mulheres contrárias à ditadura aquele período era formado, há aquelas que foram favoráveis ao golpe e ao regime. Em 1964 ocorreu em São Paulo a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Na ocasião, reuniram-se em torno de 500 mil pessoas, com o grupo de mulheres da União Cívica Feminina à frente das manifestações, cujo propósito era: “lançar um eloquente apelo da sociedade à intervenção das forças armadas.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 444).

A manifestação que antecedeu o golpe contava com a participação de religiosas, conservadoras, “patroas com laquê e empregadas domésticas não muito confortáveis estavam lado a lado, contra o fantasma do comunismo” (NAPOLITANO, 2021, p. 56). De acordo com relatos atuais, o principal público dessas marchas era a classe média (MOTTA, 2021, p. 127-128). Após a efetivação do golpe, este grupo organizou uma marcha em comemoração, chamada de Marcha da Vitória.

Na cultura, um exemplo de apoio ao regime foi a escritora Rachel de Queiroz. A escritora foi grande amiga do general Castelo Branco e integrou o Conselho Federal de Cultura, criado por ele (MOTTA, 2021, p. 155). Rachel foi agraciada em 1977 com uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, sendo a primeira mulher a receber tal feito.

Havia ainda presença feminina nos quartéis, trabalhando em prol da ditadura militar. Um exemplo marcante é a tenente Neuza (seu verdadeiro nome é Beatriz Martins) que, em entrevista ao livro *A casa da vovó: uma biografia do DOI-CODI* (GODOY, 2014), relata a sua forma de atuação na repressão.

Neuza fazia parte do Corpo de Policiamento Especial Feminino quando foi enviada para trabalhar no DOI-CODI. Destacou-se no trabalho, apresentando um desempenho maior do que o esperado, além de dificilmente ser reconhecida já que, por ser mulher, não levantava suspeitas. A tenente participou de prisões e tiroteios, mas afirmou não ter atuado em torturas.

Muito embora Neuza faça essa afirmação, ela fez parte do grupo de profissionais responsáveis por levar Crimeia e seus dois sobrinhos, Janaína e Edson, ao DOI-CODI (caso citado anteriormente). Somada a isso, Amélia Teles (mãe das crianças) reconheceu Neuza como sendo a mulher que entregou seus filhos ao Comandante Carlos Alberto Brilhante Ustra a fim

de as levar para vê-la torturada, além de ter as usado como estratégia de tortura aos pais (LINCK, 2021, p. 33).

A policial foi agraciada com a Medalha do Pacificador em 1973, por ter participado da morte de três membros da ALN (Ação Libertadora Nacional), fato este que, em 2016, acarretou uma denúncia da Procuradoria contra Neuza, que se tornou a primeira mulher denunciada por crimes na ditadura militar do Brasil (PROCURADORIA DENUNCIA... 2016).

Neuza foi a primeira mulher a compor o grupo, primeiramente como agente infiltrada, fingindo formar casal com outros colegas; logo, a sua atuação motivou a entrada de mais mulheres.

[...] depois de Neuza, vieram outras, como Vilma, Regina, Magali e Dyarsi. O sucesso aos olhos dos chefes alcançado por esse trabalho em São Paulo fez com que logo um grupo de sargentos e cabos do batalhão feminino da PM paulista fosse enviado ao Rio para trabalhar no DOI do 1º Exército, pois a polícia carioca não tinha mulheres (GODOY, 2014, p. 171).

Destas, Dyarsi também ganhou a Medalha do Pacificador e a tenente Vilma “foi uma das militares que participou das operações repressivas que dizimaram o comitê central do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e destruíram a imprensa do partido.” (LINCK, 2021, p. 25).

Todavia, nem mesmo os resultados importantes nas atividades dessas mulheres impediu que sofressem preconceito no trabalho. O machismo da sociedade era visível também no destacamento. É saliente em seus relatos que elas, diferentemente dos homens, precisavam optar pelo trabalho na polícia ou pelo casamento. As duas coisas não eram viáveis. Só foi possível o casamento para aquelas cujos companheiros eram colegas de trabalho; as demais permaneceram solteiras e não constituíram família, realidade que não era vivida pelos policiais homens, posto que seu trabalho não era impedimento para casar e ter filhos.

Nem sempre as mulheres policiais compactuavam com o sistema vigente. Faustina Elenira Severino foi uma delas. Ao ficar responsável pelo cuidado de duas crianças filhos de militantes uruguaiois, Francesca (3 anos) e Camilo (8 anos), o fez com muito zelo e compreensão, segundo relatos posteriores.

A policial, mesmo com medo de ser pega, atuou como pôde a fim de ajudar a família. Enviou informações e mobilizou-se para proteger as crianças, desejando que não fossem parar nas mãos do regime repressivo. Infelizmente, depois de ser identificada, apareceu machucada e posteriormente morta em sua residência. Se no laudo médico consta que Faustina morreu por derrame cerebral, no velório seus parentes “perceberam que havia corte na parte de trás da

cabeça de Faustina, jamais registrado no laudo médico feito em função de sua morte” (LINCK, 2021, p. 57).

Por fim, em *Ditadura acabada* (GASPARI, 2016, p. 363), vemos uma militante da VPR, Maria Madalena Lacerda de Azevedo que, depois de ser presa, aceitou em troca de sua liberdade ser uma colaboradora da repressão. Forneceu informações e ajudou na perseguição de militantes. É a única mulher reconhecida publicamente por ter realizado tal atividade.

4 Considerações finais

Embora tenham passado 58 anos do golpe, muito ainda necessita ser estudado. Esta pesquisa objetivou dar luz a histórias femininas relacionadas ao período de ditadura militar, sendo possível, por meio dela, perceber a influência do gênero no tratamento que receberam.

As militantes sofreram duplamente, por serem de esquerda e mulheres. Aquelas que lutaram pela memória de familiares mortos pelo regime tiveram pouco destaque frente ao tamanho de suas lutas; suas atuações foram ofuscadas pelo nome dos seus maridos. Mesmo as mulheres que atuaram em favor do regime repressivo tiveram seus trabalhos menosprezados, ainda que produzissem grandes resultados.

Viu-se que o corpo feminino era utilizado nas torturas não apenas para gerar dor, mas também como forma de prazer para os algozes. Utilizou-se a maternidade como ferramenta a fim de aterrorizá-las. O matrimônio era inconcebível para as mulheres que atuavam na polícia, com exceção das que se casavam com colegas de destacamento.

O estudo mostrou que o gênero não influenciou o comportamento das mulheres, já que algumas lutaram contra a ditadura, enquanto outras foram favoráveis a ela. Mesmo dentro da polícia foi visível essa diferença. Se, de um lado, vimos a tenente Neuza atuando violentamente em favor do regime, até mesmo contra outras mulheres, por outro, Faustina Elenira Severino buscou auxiliar uma família, mesmo sabendo dos riscos que corria.

Percebe-se que a participação feminina foi impactante. Houve mulheres que utilizaram a sua voz para expor o que estava acontecendo — como foi o caso de Nara Leão —; houve aquelas que denunciaram pela escrita, como Lygia Fagundes Telles, ou pela união feminina que originou movimentos como o Movimento do Custo de Vida e o Movimento Feminino pela Anistia. É preciso reconhecer a garra de mulheres que lutaram — e outras que ainda lutam — pela memória de familiares mortos no período e o valor de militantes que se mantiveram fortes, para que seus testemunhos servissem em benefício da justiça.

Este tema merece muitas outras abordagens. Faltaram exemplos de mulheres transexuais, com deficiência, LGBTQIAP+, periféricas, indígenas e negras, por exemplo. Certamente, cada um destes aspectos resultará em vivências diversificadas, cabendo outras pesquisas mais aprofundadas.

Finalmente, pode-se dizer que o fato de serem mulheres influenciou na maneira como foram tratadas no período, todavia, o gênero não definiu seus comportamentos. Cada mulher agiu à sua maneira, de acordo com sua trajetória de vida e sua visão de mundo. Contudo, em diferentes momentos e por diversos motivos, sentiram o peso da sociedade patriarcal, independentemente de seu posicionamento político.

Referências

ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. 41. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

ATOS ESVAZIADOS PELO país celebram golpe de 64 e pedem Intervenção Militar com Bolsonaro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 mar. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/atos-esvaziados-pelo-pais-celebram-golpe-de-64-e-pedem-intervencao-militar-com-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 7 fev. 2022.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico**. 10. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2015.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, Carla; MERLINO, Tatiana (org.). **Heroínas desta história: mulheres em busca de justiça por familiares mortos pela ditadura**. 1. ed. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2019.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. 976 p. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v. 1). Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 31 mar. 2022.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório: textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. 416 p. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v. 2). Disponível em <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 31 mar. 2022.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. 1996 p. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v. 3). Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 31 mar. 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

COLLING, Ana Maria. Gênero e história: um diálogo possível? **Contexto e Educação**, Ijuí - RS, v. 19, n. 71/72, p. 29-43, jan./dez. 2004.

COLLING, Ana Maria. 50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. **OPIS**, Catalão - GO, v. 15, n. 2, p. 370-383, 2015.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (org.). **Dicionário crítico de gênero**. 2. ed. Dourados - MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Audiência com vítimas do DOI-Codi SP: Maria Amélia de Almeida Teles. **Youtube**, [s. l.], 12 dez. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A73T8R1AtLc&list=WL&index=28>. Acesso em: 31 mar. 2022.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Audiência com vítimas do DOI-Codi SP: Darci Miyaki. **Youtube**, [s. l.], 12 dez. 2013b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QIFUHGktTU>. Acesso em: 31 mar. 2022.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Audiência Pública em Foz do Iguaçu: Izabel Fávero - Parte 1. **Youtube**, [s. l.], 27-28 jul. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a3-vpaKAPSU&list=WL&index=26&t=7s>. Acesso em: 31 mar. 2022.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Audiência Pública - Guerrilha do Araguaia: Crimeia Schmidt. **Youtube**, [s. l.], 12 ago. 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BM04VC_fd00&list=WL&index=32. Acesso em: 31 mar. 2022.

DE LUCA, Tania Regina. **Práticas de pesquisa em história**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

GASPARI, Elio. **1. A ditadura envergonhada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GASPARI, Elio. **5. A ditadura acabada**. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GODOY, Marcelo. **A Casa da Vovó: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar**. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2014.

LINCK, Livia do Amaral e Silva. **As mulheres como operárias da violência: no contexto da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)**. 1. ed. Andradina: Meraki, 2021.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (org.). **Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino**. São Paulo: Caros Amigos, 2010.

MINISTÉRIO DA DEFESA divulga nota de saudação ao golpe de 1964. **Congresso em Foco**, Brasília, 30 mar. 2022. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/ministerio-da-defesa-divulga-nota-de-saudacao-ao-golpe-de-1964/>. Acesso em: 31 mar. 2022.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime militar brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

PROCURADORIA DENUNCIA primeira mulher por crimes na ditadura. **Estadão**, São Paulo, 13 set. 2016. Política. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/procuradoria-denuncia-primeira-mulher-por-crimes-na-ditadura/>. Acesso em: 19 fev. 2022.

RODA VIVA RETRÕ. Entrevista Rachel de Queiroz. 1991. **Youtube**. [s. l.], 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zzCoEwnI-Ek&t=2s>. Acesso em: 19 fev. 2022.

SANTOS, João Pedro Rodrigues. A ditadura militar brasileira e os romances: As meninas e As horas nuas, de Lygia Fagundes Telles. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 1-10, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2020.1.35137>

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: uma biografia - pós-escrito**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TILLY, Louise. A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, Campinas - SP, n. 3, p. 28–62, 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1722>. Acesso em: 31 mar. 2022.

WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de. **Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Curitiba: Appris, 2019.